

ATA NÚMERO 100/XII (2.ª)

Aos 12 do mês de fevereiro de 2013, pelas 15 horas e 50 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

15h30m:

Audição com o Presidente do Conselho de Administração da Lusa, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

17h30m:

- 1 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados;
- 2 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP para audição do Presidente do Conselho de Administração da RTP;
- 3 — Apreciação e votação do parecer sobre o relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre o regime voluntário de conceção ecológica dos descodificadores televisivos complexos. Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos: Avaliação de Impacto [SWD(2012)391] e Resumo da Avaliação de Impacto [SWD(2012)392] — COM 684:

Relator: Deputado João Portugal (PS);

- 4 — Eventual alteração do calendário de audições a realizar ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República;
- 5 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição da DECO;
- 6 — Programa da visita de trabalho ao Porto (18-19 de fevereiro de 2013);
- 7 — Apreciação e votação de Atas;
- 8 — Outros assuntos.

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, agradeceu a presença do Senhor Presidente do Conselho de Administração da Lusa, Afonso Camões, e explicou a metodologia dos trabalhos.

Em seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS), do grupo parlamentar autor do requerimento que deu origem à presente audição, tendo colocado questões relativas à manutenção da atividade da agência com o anunciado corte orçamental de 31%; à reestruturação da rede; às medidas que estão a ser tomadas para fazer face aos cortes e às suas consequências; aos cortes que atingiram os jornalistas e também o pessoal administrativo; aos cortes nos correspondentes e nas delegações; à alteração no caudal noticioso da LUSA; e às rescisões do pessoal requisitado que se encontra a exercer funções no Governo.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Maria da Conceição Caldeira (PSD), Raúl de Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP) e Ana Drago (BE). As questões incidiram especialmente sobre:

- A cobertura total e gestão do quadro de pessoal;
- A reestruturação da Agência Lusa e a possível extinção de delegações regionais e de algumas das mais importantes delegações junto das comunidades portuguesas;
- Os efeitos dos cortes na cobertura da rede noticiosa e os seus reflexos a nível da lusofonia e da divulgação da língua e cultura portuguesas;
- O caminho que tem sido feito no sentido de aprofundar os ganhos e as sinergias possíveis entre a Lusa e a RTP;
- A reprodução de textos da Lusa em outros órgãos de comunicação social, o que significa que a Agência está a cobrir as necessidades sentidas pelos outros órgãos;
- A redução orçamental e desenvolvimento estratégico para o Oriente;
- O desenvolvimento de novos produtos;
- A quantidade de jornalistas a fazer trabalhos à peça, incluindo os correspondentes no estrangeiro;
- O número de trabalhadores que ainda vai sair da Lusa em 2013 e os cortes salariais.

O Senhor Presidente do Conselho de Administração da Lusa respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo salientado que:

- Com a redução de 31% houve de facto uma precarização da rede de correspondentes, não sendo, no entanto, afetada a qualidade do serviço noticioso, fator de coesão nacional e de cidadania, existindo uma boa rede de correspondentes e boas condições de sustentabilidade;
- A Agência mantém o diálogo com os trabalhadores, salvaguardando os postos de trabalho, tendo saído 20 jornalistas e 4 trabalhadores administrativos com o plano de saídas voluntárias;
- Não faz sentido distribuir os dividendos relativos ao exercício de 2012 pelos acionistas da Agência, preferindo o provisionamento do lucro;
- Será mantida a rede de cobertura noticiosa em todo o território nacional (52 antenas e atualmente não há nenhum distrito que não tenha um correspondente da Lusa) e internacional (25 países, mas em breve serão 27);
- Serão encerrados alguns escritórios, mas não de delegações;
- A agência está presente na Ásia, incluindo a presença na China, Macau e Timor, onde tem obtido receitas importantes;
- Apostar-se-á na colaboração com a RTP na área da multimédia, formação, logística, cooperação técnica e Internet;
- Os pagamentos à peça são circunscritos a determinadas situações;
- Há redução na estrutura de chefias, mas não nos salários dos jornalistas;
- Há redução de 20% nas ajudas de custo em toda a rede, no subsídio de função de chefia e redução a 0% nos custos de trabalho extraordinário.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Isabel Oneto (PS), Paulo Rios de Oliveira (PSD), Raúl de Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP) e Ana Drago (BE). Foram colocadas questões relativas ao serviço das comunidades; à cobertura das eleições autárquicas; à situação dos correspondentes e dos meios que existem em Macau; à precarização e fragilização da empresa, à estratégia a curto prazo de modo a garantir a qualidade do serviço; ao diálogo com os trabalhadores e à salvaguarda dos postos de trabalho; aos dividendos da Lusa; e aos escritórios que fecharam.

O Senhor Presidente do Conselho de Administração da Lusa respondeu, no final e em bloco, às questões colocadas.

A audição foi gravada, encontrando-se a gravação disponível em http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CPECC_20130212_1.mp3, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

A audição terminou às 17 horas e 35 minutos, após o que se deu início à reunião ordinária da Comissão.

Não havendo matéria a tratar no primeiro ponto, foi solicitado o adiamento do segundo ponto da Ordem do Dia para a próxima reunião da Comissão.

Entrando no terceiro ponto da Ordem do Dia, usou da palavra a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD), do grupo parlamentar autor do requerimento. Referiu que, tendo em conta que o plano de reestruturação ainda se encontra a ser ultimado, e para que a Comissão possa ter um esclarecimento mais detalhado e minucioso sobre esta matéria, os Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP propõem que o Presidente do Conselho de Administração da RTP venha ao Parlamento logo a seguir a 1 de março, dia previsto para a apresentação desse plano, mais concretamente a partir de 4 de março, ao que os Grupos Parlamentares do PS, PCP e BE deram assentimento, embora reiterando o seu desagrado pelo facto de a Comissão só fazer essa audição quando o plano já estiver concluído, impedindo os deputados de discutir com seriedade esta matéria.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

Passando ao quarto ponto da ordem do Dia, o Senhor Deputado Manuel Seabra (PS) fez a apresentação do relatório da COM(2012) 684, tendo referido que a avaliação do impacto prevista no presente relatório insere-se no conjunto de diligências empreendidas pela Comissão no âmbito da Diretiva 2009/125/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, concluindo que, na presente iniciativa não legislativa, não cabe a verificação do cumprimento do princípio da subsidiariedade e que ela não suscita quaisquer questões que impliquem posterior acompanhamento.

Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

Relativamente ao ponto cinco da Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade a proposta de alteração da data de audição do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares prevista para dia 13 de fevereiro, passando para a semana que se inicia a 4 de março.

Entrando no ponto sexto da Ordem do Dia, usou da palavra a Senhora Deputada Carla Cruz (PCP), do grupo parlamentar autor do requerimento, começando por sublinhar que o desligar da rede analógica e a passagem para a TDT teve custos muito elevados e trouxe inúmeras dificuldades. Frisou que, tendo a DECO desenvolvido e feito um estudo sobre esta matéria, lhe parecia ser extremamente importante que esta entidade viesse ao Parlamento fazer a apresentação detalhada do mesmo.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

Na sequência da aprovação deste requerimento, a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) apresentou oralmente um novo requerimento, subscrito pelo PSD e CDS-PP, no sentido de ouvir a ANACOM logo a seguir à audição da DECO sobre essa matéria, o qual foi também aprovado por unanimidade.

No âmbito do penúltimo ponto da Ordem do Dia, foi acordado incluir no programa da visita que a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação vai efetuar nos dias 18 e 19 de fevereiro ao Porto o Centro de Produção da RTP Norte.

A Ata n.º 83 foi aprovada por unanimidade.

A presente reunião foi gravada, existindo o seu registo áudio disponível para consulta em http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CPECC_20130212_2.mp3, pelo que não se procede a mais desenvolvimentos nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezoito horas e cinquenta minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 12 de fevereiro de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(José Mendes Bota)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Cecília Honório
Francisca Almeida
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
Lídia Bulcão
Manuel Seabra
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves
Raúl de Almeida
Sérgio Azevedo
Ana Drago
João Figueiredo
João Lobo
Miguel Laranjeiro
Nuno Encarnação
Orísia Roque
Teresa Costa Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Rodrigues
João Portugal
Odete Silva
Rosa Arezes

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Jacinto Serrão
Luís Pita Ameixa

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 09/04/2013.